



FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES: UMA REFLEXÃO NA PÓS-GRADUAÇÃO SOBRE ALUNOS AUTISTAS E SOBRE A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Continuing teacher training: a postgraduate reflection on autistic students and on the education of young people and adults

Odelice Alves Sinfrônio¹
Angélica Karlla Marques Dias²
Regina Célia Moraes Vieira³

Resumo

Este trabalho traz uma abordagem sobre a formação continuada de professores, a partir de uma perspectiva de leitura crítica, considerando a inclusão de alunos autistas e o pensamento sobre a realidade da sala de aula da Educação de Jovens e Adultos (EJA), do CEMEJA Prof. Samuel Isaac Benchimol, em Manaus. Nosso objetivo, também, é refletir sobre a educação inclusiva e suas especificidades, durante a formação continuada de professores na Escola Municipal Aristófanos Bezerra de Castro (ABC). Buscamos relacionar a dificuldade de uma

¹ Mestranda em Educação pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Graduada em Licenciatura em Pedagogia/UEA. Especialista em Alfabetização e Letramento pela Faculdade Futura. Especialista em Gestão de Projeto e Formação Docente/UEA. Foi bolsista no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), bolsista no Projeto Assistência à Docência no Laboratório de Ensino, Pesquisa e Experiências Transdisciplinares em Educação LEPETE, bolsista de Iniciação Científica da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM)/UEA. Foi estagiária pelo mesmo Laboratório em parceria com a SEMED. E-mail: odelice.as@gmail.com

² Professora da Rede Municipal de Educação de Manaus (SEMED). Lotada na Divisão de Desenvolvimento Profissional do Magistério (DDPM), no Projeto Oficinas de Formação em Serviços (OFS) onde é formadora no Curso de Especialização em Gestão de Projetos e Formação Docente, em parceria com a Universidade Estadual do Amazonas (UEA), na Escola Municipal Aristófanos Bezerra de Castro. Mestre em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Especialista em Metodologia do Ensino Superior (UFAM) e formada em Pedagogia pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). E-mail: angelica.dias@semed.am.gov.br

³ Professora da Rede Municipal de Educação de Manaus. Lotada na Divisão de Desenvolvimento Profissional do Magistério (DDPM), no Projeto Oficinas de Formação em Serviço (OFS) onde é formadora no Curso de Especialização em Gestão de Projetos e Formação Docente, em parceria com a Universidade Estadual do Amazonas (UEA), na Escola Municipal Aristófanos Bezerra de Castro. Mestre em Ensino de Ciências na Amazônia pela Universidade Estadual do Amazonas (UEA). Especialista em Língua Portuguesa pela Universidade Federal do Amazonas. Formada em Língua Portuguesa pela Universidade Federal do Amazonas. E-mail: regina.vieira@semed.manaus.am.gov.br



formação específica de atuação por modalidade de ensino com a formação do professor, bem como, a preocupação das instituições de ensino superior com a formação acadêmica voltada para a especialização do professor e a valorização deste profissional da Educação para uma qualidade superior. Sendo assim, pensamos que seja possível construir uma sociedade justa, crítica e com sujeitos competentes.

Palavras-chave: Formação Continuada; EJA; Inclusão; Alunos autistas.

Abstract

This work provides an approach to the continued training of teachers, from a critical reading perspective, considering the inclusion of autistic students and thinking about the reality of the classroom of Youth and Adult Education (EJA), from CEMEJA Prof. Samuel Isaac Benchimol, in Manaus. Our objective, too, is to reflect on education inclusive and its specificities, during the continued training of teachers at the Aristófares Bezerra de Castro Municipal School (ABC). We seek to relate the difficulty of specific training for teaching modality with teacher training, as well as the concern of higher education institutions with academic training focused on the specialization of the teacher and the valorization of this professional of Education for higher quality. Therefore, we think it is possible to build a fair, critical society with competent subjects.

Keywords: Continuing Training; EJA; Inclusion; Autistic students.

Introdução

A formação de professores para atuar nas diversas modalidades de ensino, além de ser uma determinação legal, é exigência de uma sociedade com aceleradas transformações, o que torna indispensável contar com professores mais preparados para o exercício de suas funções. Com a organização curricular da modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), amparada legalmente, a formação continuada de professores com vistas a atender as especificidades dessa modalidade de ensino torna-se cada vez mais valorizada e necessária. Nesse sentido, coloca o professor/educador em condição desafiadora.

Há uma necessidade real de se investir na formação e na especialização de educadores que atuam em qualquer segmento educativo. Os desafios que se apresentam no cenário sociopolítico e econômico nos remetem a questões relativas ao currículo, à didática e ao papel social no cenário educacional brasileiro. Tais



questões precisam ser repensadas e demandam uma reflexão acerca do compromisso social das Universidades com a formação continuada dos educadores.

A EJA, como modalidade de ensino, é entendida como forma de educação que traz uma estreita relação com justiça social, diversidade e mundo do trabalho, o que requer profissionais preparados para atuar de forma qualitativa, que possibilite um diálogo para a emancipação com o educando e demais sujeitos envolvidos nesse processo, colaborando para o desenvolvimento individual e coletivo, reafirmando o ideal de uma sociedade mais justa e democrática.

Esta leitura consente reflexões sobre a importância de uma formação docente adequada ao campo de atuação da EJA, com vistas a provocar verdadeira inclusão de uma parcela das camadas populares ao direito fundamental à educação, beneficiando uma participação ativa na vida pública e acesso aos bens socioculturais a que todo cidadão, de fato e de direito, deve ter, de acordo com as suas necessidades, não somente por interesses econômicos e políticos de determinada classe.

Partindo dessa realidade, este trabalho aborda inicialmente a formação continuada de professores. Traz uma discussão sobre a prática de inclusão voltadas aos alunos com autismo na Escola Municipal Aristófanis Bezerra de Castro (ABC). Reflete o chão do CEMEJA enquanto escola de EJA. Por último, tece considerações a respeito dos resultados apresentados.

1. Processando a formação continuada de professores na docência

A formação de professores é um termo amplo, que pode se referir tanto à formação básica quanto à formação complementar ou continuada. A formação inicial ou básica é um processo obrigatório para que esse profissional esteja habilitado a dar aulas, embora, sozinha, não consiga mais dar conta da complexibilidade da profissão, havendo a necessidade de darmos continuidade aos nossos estudos. A formação continuada, como o nome sugere, descreve a busca constante por aprimoramento



profissional. E a formação em serviço ou complementar, permite o desenvolvimento da formação continuada, sem provocar conflitos na carga horária dos(as) alunos(as), nas escolas.

A formação de professores vem há muito tempo provocando discussões como objeto de estudos, assumindo maior dinamismo nas décadas de 1980 e 1990, em especial, a partir da implementação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei Nº 9.394/96 – LDB. De acordo com a política de formação de professores, a LDB considera a formação continuada direito de todos os profissionais que trabalham em estabelecimentos de ensino com o propósito de desenvolvimento profissional.

Nesse processo poderá ocorrer uma educação de qualidade social, pois, somente desta maneira, o professor será capaz de elaborar processos teórico-metodológicos, que resultem em bons desempenhos político-pedagógicos de forma efetivamente participativa diante da sociedade, fundamentada em uma educação para o convívio social entre diferentes culturas reconhecendo os valores e os direitos humanos.

Assim, ao tentar conceituar a formação profissional de professores, é necessário compreender que é um processo de formação profissional para quem está passando por sua formação. É uma formação voltada para o profissional que está inserido em um contexto profissional sócio-histórico, e tem como finalidade mediar o conhecimento socialmente acumulado em uma perspectiva transformadora da realidade.

Pois, a prática docente solicita um professor que desempenhe seu papel no processo de ensino aprendizagem de maneira decisiva, comprometido com a construção de sujeitos críticos, reflexivos e conscientes de seu papel social como cidadãos para promover a igualdade no ambiente escolar. Para isso, o professor



precisa buscar conhecimento de como lidar com assuntos que dizem respeito à educação de crianças, de jovens, adultos e idosos.

Assim, Imbernón (2010) ressalta que a formação continuada como fomento de desenvolvimento pessoal, profissional e institucional dos professores, na perspectiva da educação popular, visa contribuir com o processo de conscientização e mobilização das classes populares, ancorado no princípio da incompletude, partindo de uma teoria referenciada na realidade, na valorização dos saberes populares e de uma base ética e política voltada para a transformação social. Para mais, apostar em metodologias dialógicas que estimulem a luta coletiva pela emancipação dos indivíduos.

Afastando-se da lógica de uma imagem de professor como técnico em educação, que se transforma em mero seguidor de regras, leitor de manuais didáticos, desencorajado a se engajar em atos interpretativos que permitam uma visão crítica da educação, sua visão sobre o ensino se reduz a um ato administrativo, tão mais eficiente quanto melhor o profissional dominar as técnicas de transmissão de conhecimentos e não se percebem como agentes da construção social.

E nesse movimento ter a percepção de uma carreira profissional como um processo de socialização, vivendo a escola como um ato tão importante quanto saber ensinar na sala de aula, incorporar-se às práticas e rotinas institucionalizadas das equipes de trabalho exige que os indivíduos se adaptem a essas práticas e rotinas, e não o inverso (Tardif, 2002).

A formação continuada de professores é um direito e não uma obrigatoriedade, tornando-se uma necessidade cada vez maior à prática docente, então cabe ao professor ter a noção da necessidade contínua de interagir e se socializar com os outros profissionais de sua área para atualizar-se das constantes mudanças na educação, estar em constante aperfeiçoamento na sua área do conhecimento, para que seus alunos demonstrem cada vez mais interesse nos estudos e o tenha como



exemplo, contribuindo para uma mudança significativa na sociedade, superando os obstáculos, em meio ao universo do trabalho, diante da formação profissional.

A formação em serviço de professores tem como propósito ampliar os horizontes de leitura dos que estão nela envolvidos, pois, se propõe debruçar sobre as questões de ensino cotidiano, são cursos de curta duração e projetos de médio ou longo prazo e acontecem no próprio local de trabalho. Essas práticas, de uma maneira geral, passam a ser reconhecidas na realidade brasileira como formação docente em serviço, que permite o desenvolvimento da formação continuada sem provocar conflitos na carga horária dos (as) alunos (as) nas escolas.

Segundo Nóvoa (2009), para um bom desenvolvimento da prática do professor é necessário integrar na cultura docente um conjunto de modos coletivos de produção e de regulação do trabalho, um rico tecido profissional. É mais do que aglutinar, é juntar saberes numa coletividade, história, ciências, artes, uma tecitura dessa diversidade de saberes, para serem compartilhados com responsabilidades social na comunidade escolar.

Um espaço de apreciação partilhada das práticas e não só pegar o melhor da matemática, o melhor de português e juntar. É transformar a experiência coletiva em conhecimento profissional. Uma formação teórica epistemológica, que vai sustentar esses processos formativos docentes em processos vividos, legitimados a partir de uma perspectiva crítica do currículo e dos olhares da interdisciplinaridade.

Para tanto, reconhecer que nos falta comunicação e discussão de experiências concretas de formação de professores. As propostas de formação continuada para professores têm sido, nestes últimos anos, uma preocupação tanto para o poder público, como para pesquisadores e teóricos da educação, no sentido próprio de humanização e conscientização na busca de qualidade na educação e melhoria nas escolas, incluindo as contribuições para a educação especial.



2 . Uma conversa sobre educação inclusiva

Historicamente, a educação especial tem sido considerada como educação de inclusão de pessoas com deficiência, seja ela mental, auditiva, visual, motora, física, múltipla ou decorrente de distúrbios evasivos do desenvolvimento, além das pessoas superdotadas que também têm integrado o alunado da educação especial como um desafio que deve ser enfrentado pelos governantes, pelos órgãos encarregados das normas educacionais, pelas direções das escolas, pela equipe escolar, pelos professores, pais e comunidade em geral. A educação inclusiva deve pautar-se por princípios éticos, formação profissional de qualidade, e adequada para os professores.

A Escola é responsável pela educação e socialização, que é a possibilidade de uma pessoa conviver em sociedade, viabilizando a integração do indivíduo com o meio. Enquanto educadores, nosso papel frente à inclusão, reside em acreditar nas possibilidades de avanços acadêmicos dos alunos denominados normais, em tornarem-se mais solidários, acolhedores diante das diferenças e, crer que a escola terá que se renovar, pois a nova política educacional é construída segundo o princípio da igualdade de todos perante a lei que abrange as pessoas de todas as classes sociais.

A prática da educação inclusiva merece cuidado especial, pois estamos falando do futuro de pessoas com necessidades educacionais. Tem-se a Declaração de Salamanca (1994) como marco e início da caminhada para a Educação Inclusiva, a qual proclamou, entre outros princípios o direito de todos à educação, independentemente das diferenças individuais. A inclusão é um processo educacional através do qual todos os alunos, incluídos, com deficiência, devem ser educados juntos, com o apoio necessário, na idade adequada e em escola de ensino regular.

A Educação Inclusiva se caracteriza pela política de justiça social que alcança alunos com necessidades especiais, tomando-se aqui o conceito mais amplo, afirmado pela Declaração de Salamanca:



O princípio fundamental desta linha de Ação é de que as escolas devem acolher todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem-dotadas, crianças que vivem nas ruas e que trabalham, crianças de minorias linguística, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos ou zonas desfavoráveis ou marginalizadas (1994, p. 17-18).

Frente a esse compromisso, naturalmente profissionais mobilizaram-se a fim de promover o objetivo da Educação para Todos, examinando as mudanças fundamentais e políticas necessárias para desenvolver a abordagem da Educação Inclusiva, capacitando as escolas para atender todas as crianças, sobretudo as que têm necessidades educativas especiais

O Brasil está engajado no movimento pela sociedade inclusiva, pois cerca de 15 milhões de brasileiros portadores de deficiência aguardam a oportunidade de participar plenamente da vida em sociedade como tem direito. A educação especial surgiu com muitas lutas, organizações e leis favoráveis aos deficientes e a educação inclusiva começou a ganhar força a partir da Declaração de Salamanca, a partir da aprovação da Constituição de 1988 e da LDB.

O nosso atual texto constitucional (1988) consagra no Art. 205, a educação como direito de todos e dever do Estado e da família. No inciso III do Art. 208 da Constituição Federal, se fundamenta a Educação no Brasil e faz constar a obrigatoriedade de um ensino especializado para crianças portadoras de deficiência. Este é o texto: “O dever do Estado com educação será efetivado mediante a garantia de: III – Atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” (Brasil, 1988, p. 123-124).

No artigo 206 da Constituição Federal Brasileira estão elencados os princípios que regem o ensino brasileiro, tendo como premissa:

A igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (inciso I) e “gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais” prevista no inciso IV. Em seu artigo 208, o inciso III relaciona os deveres do Estado com



a educação, garantindo o atendimento especializado às pessoas com deficiência “preferencialmente na rede regular de ensino (Brasil, art. 206).

A inclusão foi assim legalmente consolidada através da Constituição Federal, bem como também pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei 8069/90, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 9394/96, pelo Plano Nacional da Educação/1997, pela Resolução nº 2 do Conselho Nacional de Educação.

Na lei de Diretrizes e Bases de 1996: título III “Do direito à educação e dever de educar”, a LDB diz que o dever do Estado com a educação escolar será efetivado mediante algumas garantias. No seu artigo 4º, inciso III, a lei postula o direito de todos à educação está estabelecido na Constituição de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96, sendo um dever do Estado e da família promovê-la. A finalidade da educação é o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para a cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Tanto a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, quanto a Constituição têm sido interpretadas por alguns estudiosos, como incentivadoras da inclusão, isto porque ambas definem que o atendimento de alunos com deficiência deve ser especializado e preferencialmente na rede regular de ensino (Werneck, 1999).

Os pressupostos teóricos analisados na Constituição Federal e na LDB expressam claramente que a nova proposta de Educação Inclusiva recomenda que todos os portadores de necessidades educacionais especiais sejam matriculados em turma regular, baseada no princípio de educação para todos.

2.1 Uma palavra sobre alunos com autismo na Escola Municipal Aristófanés Bezerra de Castro (ABC)

Partindo das dificuldades dos alunos com autismo, que em sua maioria necessitam de acolhimento, e ao mesmo tempo da aprendizagem dos conteúdos disciplinares vivenciados por eles e pelos professores da escola, ressaltamos a leitura como uma habilidade que eles precisam dominar para desempenharem suas



atividades intelectuais e sociais. Assim, abordaremos esta temática, no intuito de levar ao conhecimento dos alunos os diversos gêneros literários.

Em virtude de acolher os alunos com autismo para vivenciarmos a prática da leitura com eles, dentro do espaço da biblioteca da escola, chamada lago Cunha da Silva, da escola onde eles estão inseridos é de entendermos que a leitura é fundamental para torná-los aptos a se desenvolverem cognitivamente e socialmente, desse modo, decidimos contribuir nesse processo, com o nosso projeto de aprendizagem em tal escola.

A sociedade e a família precisam ter consciência do direito de acesso dos alunos com necessidades especiais à escola regular, aprendendo e ensinando que todos são diferentes, especiais e únicos com direitos adquiridos de igualdade, pois não adianta incluir o aluno dentro da sala de aula e continuar discriminando fora dela (Carvalho, 2005).

Nesse sentido, o nosso projeto de aprendizagem na referida escola, tratou de desenvolver junto aos alunos, atividades diferenciadas que pudessem levá-los ao desenvolvimento da leitura e a compreender os diferentes gêneros literários para interpretar e produzir, respeitando seus limites e possibilidades diferenciados.

A inclusão da criança com deficiência se configura como um problema grave, pois muitas vezes a escola não está preparada para receber estes alunos e acaba tornando-os incapacitados, limitando as oportunidades e dificultando o aprendizado. As propostas pedagógicas são que os alunos se desenvolvam de forma digna, sendo respeitados em seus potenciais. A presença física não garante que os aprendizes estejam integrados uns com os outros, aprendendo e participando de todas as atividades escolares. Além da inclusão física, é imprescindível que todos os estudantes sejam beneficiados com a inclusão na aprendizagem (Carvalho, 2005).

Dito isso, contemplamos e socializamos as potencialidades corporais com todos os alunos do ABC, por meio da amostragem dos resultados alcançados através



do projeto de aprendizagem que planejamos juntos, uma equipe de professores participantes da Pós-graduação das Oficinas de Formação em Serviço-OFS. Contudo, visualizamos um quadro de timidez preocupante demonstrado por alunos adolescentes ao se apresentarem na socialização do evento. Isso, muitas vezes, é o resultado de poucas atividades de Arte e de oralidade dentro das escolas.

Observamos que é necessário que se trabalhe a arte, o teatro, a música e outros meios de expressão corporal com a intenção de intervir nesse comportamento, possibilitando uma efetiva integração dos alunos em atividades de interação entre eles, na escola, com a família e com os professores. A escola é um lugar de possibilidades, de partilha e de experiências que se encontra em constante movimento e que há uma dinamicidade nesse processo muito promissora, de desenvolvimento do currículo escolar, sobretudo, no contexto da inclusão de alunos especiais.

Sabe-se da necessidade e da urgência de se enfrentar o desafio da inclusão escolar e de colocar em ação os meios pelos quais ela verdadeiramente se concretize. Ensinar não é submeter o aluno a um conhecimento pronto, mas com liberdade e determinação, ampliar significados na medida de seus interesses e capacidades, valorizando todo o seu esforço para aprender e vivenciar experiências diversas especialmente no contexto escolar.

3. Cemeja prof. Samuel Isaac Benchimol: O chão da escola na educação de jovens e adultos

Destacamos as experiências vivenciadas no Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEMEJA) Samuel Isaac Benchimol, localizado na Rua Barreirinha S/N - Bairro São José Operário 2, etapa B, na zona Leste da cidade de Manaus. Sob a gestão de João Carlos dos Santos Picanço, e tendo a área pedagógica supervisionada por Lucineide Assis.

O CEMEJA propicia a continuidade dos estudos de jovens e adultos que por razões diversas tiveram que interromper sua escolarização, tendo como missão



oportunizar aos jovens, adultos e idosos a reconstrução da trajetória escolar, a ampliação da participação na sociedade e ainda o resgate da cidadania, contribuindo dessa forma, para a organização de uma sociedade democrática e solidária.

De acordo com o histórico da escola, exposto no painel da escola, a instituição funciona nos turnos manhã, tarde e noite oferecendo o Ensino Fundamental (6° a 9° ano). Atualmente, atende aproximadamente a 2.230 alunos, distribuídos nos respectivos turnos, utilizando-se de uma metodologia que considera as características heterogêneas e socioculturais dos indivíduos, bem como, suas condições específicas de estudo e aprendizagem, na qualidade de homem trabalhador.

As aulas que ministramos, no CEMEJA fazem parte da nossa contrapartida, condição de Assistente à Docência Cursista do Laboratório de Ensino, Pesquisa e Experiências Transdisciplinares em Educação - LEPETE, que aponta um caminho possível de formação continuada em educação por meio da Pós-graduação em Gestão de Projetos e Formação Docente, pois, oferece essa condição para desencadarmos o nosso trabalho, sob a supervisão das coordenadoras do Projeto Assistência à Docência - PAD, aperfeiçoando a nossa práxis.

Durante as aulas ministradas no CEMEJA, observamos o quão se faz necessário qualificar a formação do professor desde a inicial fortalecendo-a na formação continuada, por meio de políticas públicas que lhes deem suporte. É preciso oferecer-lhes condições para trabalhar, garantindo tempo para sua atualização permanente e qualificação da sua prática pedagógica.

O respeito é indispensável com o profissional da educação, que continuamente busca o compromisso com o conhecimento científico, historicamente acumulado. É necessário atribuir-lhe um salário digno e justo que lhes permita trabalhar, preferencialmente, em uma só escola, identificando-se com ela e com seu alunado, especificamente com alunos da EJA.



Nessa perspectiva, identificamos um ponto interessante apresentado pelos professores do CEMEJA quando falamos de formação continuada, trata-se adquirir metodologias inovadoras que possam evitar a evasão dos educandos dessa modalidade de ensino. Justamente, quando sentimos a frustração do professor, com apenas um aluno presente na sala de aula, fato que traz sensação de impotência.

Para Freire (2016), o educador da Educação de Jovens e Adultos, precisa refletir permanentemente sobre a sua prática e ter segurança quanto aos objetivos a serem atingidos, definindo as melhores estratégias para prestar uma ajuda eficaz no processo de aprendizagem de seus educandos.

Assim, destacamos a relevância do trabalho Projeto de Assistência à Docência - PAD como uma possibilidade de formação na EJA por compreender os desafios para uma formação docente com qualidade nesta modalidade de ensino, que é um campo de disputas e embates políticos da realidade da educação popular e da instituição acadêmica com a intenção de discutir ações para a melhoria da Educação de Jovens e Adultos.

Nesse sentido, Wanzeler, Afonso e Lima (2022, p. 13-14), detalham a articulação entre a formação inicial e continuada através do Projeto Assistência à Docência, visando a qualidade educacional:

O PAD surge no contexto de apoio ao desenvolvimento dos processos formativos nas escolas e tem como premissa a aproximação entre a Universidade e as Escolas Públicas, visando contribuir com a melhoria da qualidade educacional, no que se refere ao processo de ensino e de aprendizagem. A ideia é promover a articulação entre a formação inicial de professores(as) e a formação continuada. Espera-se com isso ampliar a visão dos(as) alunos(as) das licenciaturas quanto à profissão docente e o seu universo de atuação profissional. [...] lugares de reflexões, construção do conhecimento, de desenvolvimento pessoal e humano, bem como de experiências cidadãs e emancipatórias, capazes de transformar o mundo, para um viver mais justo, solidário, humano, democrático e igualitário.

O PAD surge dentro do Projeto de Formação em Serviço (OFS) e se institui como política pública de valorização e profissionalização docente, garantindo o



processo formativo nas escolas sem que ocorra a suspensão das aulas, com isso, os Assistentes à Docência ao substituírem o professor regente, desenvolvem seu trabalho em sala de aula, disponibilizado pelo professor que está recebendo formação em serviço com os formadores das OFS. É um aprendizado gigantesco, se considerarmos o crescimento prático que essa experiência nos acrescenta profissionalmente.

Dessa forma, ganham destaque as discussões sobre a formação contínua do professor como sujeitos capazes de produzir conhecimentos e não apenas transmiti-los, atribuindo um novo significado às atuais práticas de ensino que ainda permanecem nas escolas da EJA, em favor da emancipação dos sujeitos e da construção de uma escola verdadeiramente democrática.

Figura 1: CEMEJA Prof. Samuel Isaac Benchimol



Fonte: Facebook da Escola (2023)

Nesse contexto, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) tem nos apresentado as problemáticas e os desafios que precisam ser contemplados na formação específica daqueles que atuarão na EJA. Com o advento das novas relações no mundo do trabalho, a educação voltada para jovens e adultos passou a ser focada como estratégia e elemento de requalificação profissional. De forma acelerada, tem



ocupado um espaço cada vez mais importante no cenário mundial e no contexto da educação brasileira.

3.1 As inquietações de uma pesquisadora na Pós-graduação/Especialização em Gestão de Projetos e Formação Docente

Em meio às atividades desenvolvidas por nosso grupo no projeto de aprendizagem com autistas na Escola Municipal Aristófanés Bezerra de Castro (ABC), vivenciamos o desafio de organizar um plano de ação que os contemplasse com o reconhecimento de diferentes gêneros literários. Para isso, determinou-se que eles deveriam participar de, no mínimo, três dias, assiduamente, para assim, serem observados no seu desenvolvimento cognitivo e motor.

Diante disso, realizamos reuniões com a nossa equipe. Equipe esta denominada “É nós Queiroz”. Começamos fazendo reunião com a gestão da escola, com as nossas professoras formadoras e orientadoras e com os alunos participantes, para que pudéssemos esclarecer as ações propostas e o planejamento das atividades no espaço da biblioteca. A princípio, foi dito que teríamos que dividir nossas atividades em três momentos específicos, para que, assim, desenvolvêssemos, por etapas, os trabalhos com as crianças autistas, na referida escola.

Feito isso, partimos à primeira ação. Num primeiro momento desta e das demais, realizamos um aquecimento corporal com eles, preparando-os com exercícios de respiração e expiração, sob a coordenação do professor de Educação Física, que fazia parte da nossa equipe. Esses exercícios ajudaram a prepará-los para a atividade de leitura que viria em seguida, pois despertaria, neles, maior concentração e motivação, ao ver e ouvir as histórias em vídeo, para, em seguida, recontá-las. Desse modo, como afirma Andreatta (2015), a leitura envolve atitude comunicativa, onde o leitor pode produzir uma ação a partir daquilo que lê, uma vez que denota uma atividade de raciocínio dele.



Na segunda ação com as atividades iniciais de Educação Física para prepará-los para as atividades com as fichas de leituras, houve leituras individuais, com desenho daquilo que entenderam a partir da leitura feita. E, na terceira ação, os induzimos em direção a uma atividade com fantoches, a qual foi realizada a partir de um vídeo musical sobre o livro, visto que no mês dessa atividade se comemorava o Dia do Livro. E, em homenagem ao ambiente escolhido para a prática do nosso plano de ação, a biblioteca, os alunos realizaram, nesse espaço, todas as atividades, favorecendo o reconhecimento de que são bem-vindos e bem acolhidos na biblioteca da escola.

E, assim, finalizamos o nosso plano de ação no Projeto de Aprendizagem com a proposta de inclusão para os alunos autistas da escola Aristófanos Bezerra da Castro, com a intenção de alcançar uma significativa melhora na socialização dessas crianças na comunidade escolar dessa escola, de forma que se processe, entre eles, inclusão e participação, fortalecendo assim a leitura como ponto de partida.

Em atuações como Assistente à Docência na EJA, no Projeto de Assistência à Docência – PAD/LEPETE – UEA, o PAD proporcionou vivências que enriqueceram o meu processo de formação docente com a construção de novas experiências pedagógicas, permitindo-me viver a realidade escolar em Manaus, especificamente em uma escola da EJA, o que nos possibilitou a interação com diferentes sujeitos, abrindo diálogos e novos caminhos inclusivos e democráticos.

O cuidado em socializar novas propostas de formação continuada e as experiências da sala de aula sempre estiveram presentes nos encontros formativos do PAD, bem como as várias contribuições e avaliações realizadas, a partir de: reflexões sobre a relação teoria e prática, produções de materiais, de planos de aulas, de planos de atividades, de sequências didáticas, e assim, fomos nos construindo com muito prazer e alegria.



Nas formações continuadas realizadas pelo PAD, pude contar ainda com o acompanhamento e as orientações por meio do diálogo reflexivo, buscando o fazer docente a partir da interdisciplinaridade, da transdisciplinaridade e da troca de saberes com os demais Assistentes à Docência das outras licenciaturas, o que nos proporcionou o reconhecimento como sujeitos das práticas pedagógicas; sujeitos de um fazer e de um pensar docente, possibilitando o nosso desenvolvimento profissional.

Nessa perspectiva, percebo que a formação continuada de professores se torna uma necessidade cada vez maior, no sentido de melhorar a prática docente e, conseqüentemente, a qualidade do ensino e da aprendizagem dos sujeitos envolvidos no processo de construção do conhecimento.

Dessa forma, Libâneo (2013, p. 86) afirma que, “o aprender a ser professor, na formação inicial ou continuada, se pauta por objetivos de aprendizagem que incluem as capacidades e competências esperadas no exercício profissional do professor”. As propostas de formação continuada para professores propiciam a melhora na qualidade do processo de ensino e de aprendizagem nas escolas, bem como subsidiam o professor para que ele possa enfrentar, com maior segurança e competência, os desafios postos pela realidade da escola de educação de jovens e adultos e, de outras possíveis modalidades de ensino.

Deste modo, chegamos ao Mestrado em Educação (PPGED/UEA), entendendo que muitas questões desse cotidiano escolar ficam além da nossa compreensão, provavelmente, não somente pela falta de experiência, mas também pela ausência de maior conhecimento de algumas questões de ordem pedagógica, relacionadas à formação de professores que venham em auxílio de um melhor entendimento da relação teórico-prática dessa realidade.

O mestrado vem atender essa necessidade da nossa formação em superar essa deficiência com relação à formação de professores, um tema de suma



importância para o progresso da formação docente para a educação de jovens e adultos, visto que a escola de modo geral e, especialmente a escola da educação de jovens e adultos, necessita estar em constante processo de reflexão e reconstituição da prática educativa, e que os professores precisam levar em conta todos esses detalhes para propor uma educação significativa, diferenciada e adequada aos aprendizes dessa modalidade de ensino. Como também, em relação à experiência que vivenciamos no projeto de aprendizagem realizado para crianças autistas, reconhecemos o quanto o pensamento inter e transdisciplinar nos torna não apenas professores, executores de metas conteudistas de ensino, mas, educadores, preocupados com os contextos de atuação profissional mais abrangentes e, também, por isso mesmo, mais sensíveis aos problemas reais vivenciados nas escolas.

Considerações finais

Sabemos que a educação é um direito de todos, não podendo ser exclusividade de alguns. Assim, destacar a defesa pela profissionalização do docente da Educação de Jovens e Adultos (EJA) não significa reduzir o campo de ação, mas sim superar o amadorismo e a improvisação e, qualificar o quadro docente, no que concerne à elaboração de propostas pedagógicas que contemplem tempo e espaço diferenciados de aprendizagem, no processo de escolarização do educando.

A Educação Inclusiva ganhou força a partir da Declaração de Salamanca (1994), e no Brasil a partir da aprovação da Constituição em 1988 e da LDB em 1996. As transformações têm se processado nos âmbitos do financiamento, do currículo, da gestão, da avaliação, da organização pedagógica, dos materiais didáticos, da presença dos instrumentos de comunicação na escola.

Foi possível reconhecer que mesmo dentro de toda complexidade das relações humanas, o papel da educação é inigualável e insubstituível. Para que este papel tão importante da educação aconteça na prática é preciso qualidade, eficiência, competência, diálogo e afetividade para transformar sonhos em alegrias concretas. O



processo de ensino/aprendizagem requer o entendimento de que ensinar e aprender não significa acumular informações memorizadas, mas sim fazer o aluno buscar novas alternativas, fazer escolhas frente a novas situações apresentadas.

Considera-se de grande relevância a oportunidade de realizarmos este trabalho que poderá trazer contribuições significativas para a atividade político-pedagógica do professor, precisa conscientizar-se da diversidade que enfrentará na sala de aula, para isso devemos estar preparados para trabalhar com as diferenças.

Referências

ANDREATTA, Elaine Pereira. **Produção textual, análise e compreensão de textos**. Manaus: UEA Edições, 2015.

BRASIL. **Lei 9394/96**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em: <http://www.mec.gov.br>. Acesso em: 12 set. 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Centro Gráfico do Senado Federal – Brasília, 1988.

BRASIL.UNESCO. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: Corde, 1994.

CARVALHO, R. E. **Educação Inclusiva: do que estamos falando?** 2005. Disponível em: http://www.fcee.sc.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=238. Acesso em: 07 jul. 2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 54. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação continuada de educadoras**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

NÓVOA, António. **Professores: imagens do futuro presente**. Lisboa: Educa, 2009.

TARDIF, Maurice. **Saberes Docentes e Formação Profissional**. 17. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

WANZELER, E. P.; AFONSO, M. Q.; LIMA, J. F. Universidade escola: projeto assistência à docência como política de formação inicial de professores e



professoras articulada à formação continuada. **Extensão em Revista**, Manaus, n. edição especial, p. 12-20, 2022.

WERNECK, C. **Sociedade Inclusiva: Quem cabe no seu todos?** Rio de Janeiro: WVA Editora, 1999.